Políticas keynesianas e crises: suas implicações para os trabalhadores[1]

GUGLIELMO CARCHEDI
PROFESSOR DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE AMSTERDÃ (HOLANDA)

Parte I

Crise de produção e políticas keynesianas

Contrariando o ponto de vista adotado por Keynes, o nosso ponto de vista é aquele adotado por Marx. Isto é, a questão sobre qual baseamos a nossa análise é que só o trabalho pode ser a substância do valor; e esse, no sistema capitalista, manifesta-se como dinheiro.[2] Comecemos de forma breve, mas necessária, a ressaltar as características da "teoria das crises". A tese fundamental é que a causa última das crises reside na concorrência no âmbito tecnológico das relações de produção capitalista. Em poucas palavras, o principal modo por meio do qual os capitalistas competem entre si consiste no grau de investimentos, de introdução de técnicas novas e cada vez mais eficientes. Estas inovações aumentam a produtividade, definida como unidade de produto por unidade de capital investido. Com a mesma unidade de capital investido, as empresas inovadoras produzem mais produtos que seus concorrentes. Ao mesmo tempo, esta maior quantidade de produtos é realizada por meio da substituição dos agentes de produção por máquinas.

[1] Esse artigo foi publicado em duas partes, nos números 1/2002 e 2/2002 da *Revista Proteo*, Roma-Itália. Na revista *Outubro*, as duas partes poderão ser apreciadas no presente número. Publicado com a permissão do autor. Tradução de Tatiana Fonseca Oliveira.

[2] Esta questão basilar da economia marxista. Como todas as grandes teorias, a questão inicial não deve ser necessariamente demonstrado. Todavia, neste caso, tal tema pode ser demonstrado indiretamente, por exclusão, isto é, demonstrando que todos os outros temas, diferente deste, conduzem a uma teoria do valor internamente incoerente.

Ou seja, passa-se a ter mais meios de produção e menos homens e mulheres ocupados.

Assim, de um lado, uma maior quantidade de mercadorias é produzida, por outro, menos homens e mulheres encontram-se empregados, ou seja, estão dentro do mercado de trabalho. Em suma, as inovações tecnológicas, em geral, implicam uma redução da força de trabalho, mas realizam um maior *output*. Assim, como menos trabalho foi empregado, aquela maior quantidade de mercadorias incorpora uma menor quantidade de mais-valia.[3]

A empresa inovadora produziu, por um lado, menos valor, por outro, mais produtos por unidade de capital. Todavia, a causa de sua maior produtividade é devido à tendência à equiparação do preço de todos os produtos do mesmo tipo. Isso, inclusive, faz com que venda mais produtos que seus concorrentes e ao mesmo preço. A inovação tecnológica, desta forma, realiza uma maior taxa de lucro, na medida em que se apropria de uma fatia maior dos lucros produzidos em relação aos seus concorrentes.[4]

Um outro aspecto importante é que os capitais migram de um setor a outro, na busca por mais lucros; uma vez que também existe essa tendência à equiparação das taxas de lucros entre os diversos setores, acaba por se formar uma taxa média de lucros. Tal taxa média de lucro cai (por causa da inovação tecnológica), mas essa queda, por um lado, aumenta a taxa de lucro das empresas inovadoras (um aumento que deriva da apropriação, contrária àquela da produção, de mais-valia) e, por outro, proporciona uma queda para os capitalistas tecnologicamente atrasados (dos quais tal mais-valia é apropriada). Mesmo frente a uma queda da taxa de lucro, os capitalistas introduzem a mesma (e nova) técnica de produção, incrementando assim também suas produções e reduzindo as ulteriores formas que mantinham um número maior de emprego. Conseqüentemente, a taxa média de lucro cai ainda mais, em meio a um *output* total crescente e, o número de ocupados, os salários totais e o poder aquisitivo caem fatalmente de tal modo que se agravam as dificuldades dos trabalhadores conseguirem sobreviver em meio a este redemoinho.

[3] A mais-valia é o valor produzido pelo trabalho excedente ligado substancialmente à própria força de trabalho que é apropriado, por sua vez, pelos capitalistas.

[4] As taxas de lucro e de mais-valia são distintas do capital investido.

Nesse processo, alguns produtores – dentre os quais, os tecnologicamente menos avançados – começam a falir. Por conta disso, as vendas caem não só por causa do número grande de desempregados, mas também porque os que estão ocupados, ao invés de gastar, procuram aumentar suas reservas, suas poupanças. Um outro aspecto é que os detentores de capitais que, num primeiro momento, faliram e, num segundo, se reabilitaram – ou ainda, os que nunca faliram – não arriscam mais abrir novos canais de investimento proveitosos. Tudo isso provoca uma ulterior queda da demanda, além das falências mais definitivas de alguns capitalistas (como já indicado). Inicia-se, assim, a crise.[5] De um lado, se desfaz a concepção de capital enquanto relação social: a relação entre capitalistas e trabalhadores foi interrompida (uma vez que foi minimizada, mas não extinta, a incorporação da mais-valia, do valor produzido pelo trabalhador); de outro, o capital na sua forma monetária encontra-se inutilizado – este capital monetário corresponde a mercadorias não vendidas. Criou-se, assim, capital excedente que tomou a forma de dinheiro ou de mercadorias. A crise gera capitais excedentes (como dinheiro e mercadorias), porém, não gera capital enquanto relação social[6] – que é a base de sustentação real da produção de riqueza.

Como se sai da crise? Se uma quantidade suficiente de capital foi destruída (isto é, se uma quantidade suficiente de empresas faliram), os buracos no mercado não são, nem podem ser, cobertos pelas pessoas que cessaram suas atividades. A possibilidade de expansão do mercado estimula os investimentos e ocupações. Inicialmente, uma maior quantidade de produtos pode ser vendida contra o capital monetário excedente. Como sabemos, o aumento de empregos corresponde a um maior poder aquisitivo, a um maior poder de compra. O problema da realização do lucro, nesse sentido, diminui. Ao mesmo tempo, as empresas inovadoras têm a vantagem de conseguirem maiores níveis de produtividade e menores níveis de salários reais – que

[5] Outros teóricos sustentam que uma vez que as empresas inovadoras em tecnologia realizam uma taxa de lucro maior, igualmente aumenta as empresas inovadoras em tecnologia e tanto maior é a taxa média de lucro delas. A teoria do valor trabalho corrobora para uma conclusão exatamente oposta, que podemos observar empiricamente.

[6] Esta é a tendência. Existem também as contra-tendências que não serão, porém, analisadas neste artigo.

são conseqüência da depressão e da crise. As taxas de lucro (dos grandes investidores) aumentam e, com essas, também as taxas médias de lucro. As *condições* para sair da crise estão postas: *primeiro, o capital monetário excedente vem sendo utilizado para comprar meios de produção e força de trabalho; segundo, uma maior quantidade de produtos (valores) vem sendo absorvida por parte de um maior poder aquisitivo que derivou do aumento do número de empregados no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a lucratividade aumenta.* Mas isto só é possível devido às prévias destruições de uma quantidade suficiente de capital como relação social. Em última instância, é o movimento contraditório da lucratividade dos diversos capitais, que desemboca na taxa média de lucro, que determina as crises imanentes ao empreendimento econômico. Nessa direção, uma queda da taxa média de lucro acaba por dificultar o empreendimento econômico, além de provocar falências aos capitalistas menos competitivos. Um aumento implica no processo contrário.[7]

Quanto ao capital monetário excedente, o Estado até poderia se apropriar (ou emprestar) e investir nos setores que produzem meios de produção e consumo. Teria assim três alternativas: 1) o Estado pode produzir essas mesmas mercadorias, por meio de empresas estatais, mas neste caso transformar-se-ia num competidor de capital privado – piorando, assim, as dificuldades deste último; 2) o Estado pode comissionar meios de produção e de consumo ao capital privado. Mas, ainda neste caso, estas mercadorias deveriam ser vendidas e isto pioraria o problema da realização de lucros e da liquidez; 3) o Estado pode consumir as mercadorias que produziu, mas, em certa medida, isso alargaria a burocracia e o parasitismo estatal, assim como faria dessa instituição um contendor frente à burocracia privada para a apropriação daquelas mercadorias, mas a dificuldade de longo prazo mais importante é que todos os três casos de apropriação do capital monetário por parte do Estado implicam em uma redução dos lucros do setor privado. Com isto, aumenta ainda mais a crise de lucratividade.

[7] Para um tratamento mais detalhado deste tema, o leitor pode consultar Guglielmo Carchedi. *Frontiers of Political Economy*. Londres: Verso, 1991; Guglielmo Carchedi. A Missed Opportunity: orthodox versus marxist crises theories. *Historical Materialism*, n. 4, p.33-57, 1999; Guglielmo Carchedi. *For Another Europe: a class analysis of European economic integration*. Londres: Verso, 2001; Guglielmo Carchedi. The Art of fudging. In: Luciano Vasapollo (org.). *An old false problem*. Roma: Media Press, 2002.

O papel do Estado

O Estado, desta forma, recorre às políticas keynesianas. Como exposto acima, o Estado apropria-se do capital monetário excedente e/ou das economias dos trabalhadores – por meio da taxação ou empréstimos – a fim de comissionar o setor privado, dotando-o de uma infra-estrutura.[8] Em tal caso, a burguesia do Estado transforma-se em proprietária das infra-estruturas. Isto é uma grande desvantagem para o capital privado (a qual, porém, pode ser remediada através da privatização daquelas infra-estruturas, se, inclusive, as condições políticas e ideológicas são propícias). Mas, ainda assim, há muitas vantagens. Por exemplo, a burguesia de Estado não só não compete com o capital privado, não só torna mais leves as dificuldades de realização deste último, como alarga a sua própria condição de produção, uma vez que conta com a estrutura proporcionada pelo Estado. A pergunta que se põe é: como se deve valorizar o efeito econômico das políticas keynesianas? Elas tem um efeito anticonjuntural? E se o tem, como é possível explicar tal ponto de vista da teoria das crises que traçamos sumariamente acima?

Suponhamos que os investimentos caiam de uma certa percentagem. Se este capital não é investido, meios de produção e força de trabalho permanecem estagnados. Este é o capital-mercadoria excedente que, enquanto mercadorias (apropriadas pelos capitalistas e produzidas pela força de trabalho dos trabalhadores), não foram compradas/consumidas, o que resulta na não realização do lucro ou na dificuldade dessa realização. Nessa ordem, dado que sua taxa de lucro é calculada sobre todo o produto e que se tais mercadorias não foram vendidas, acaba tendo como conseqüência uma "redução dos seus lucros realizados". Em outras palavras, isso faz com que o capital monetário excedente, nas mãos dos capitalistas que não investem, que não compram aquelas mercadorias (proporcionadas então pela força de trabalho e pelos meios de produção) corresponda e seja equiparado ao capital-mercadoria excedente dos outros capitalistas. Ou seja, as taxas de lucro dos capitalistas que retêm capital-mercadoria excedente caem, isto é, este capital tem dificuldade de gerar lucros. Desta forma, temos também como conseqüência uma queda da taxa média de lucro.

[8] As políticas keynesianas são uma das políticas econômicas anticonjunturais as quais os governos recorrem. As outras duas mais importantes são as políticas monetárias e as políticas fiscais.

Visando impor rédeas à crise financeira, o Estado, por sua vez, taxa o capital monetário excedente e o utiliza para dar um apoio infra-estrutural aos capitalistas privados. Se assim não o fizer, "os lucros não se realizam, não se transformam em capital, isto é, não se capitalizam". Com este capital, os produtores, por sua vez, passam a ter condições para comprar meios de produção e força de trabalho, com isso a taxa média de lucro volta àquele primeiro nível, antes da queda dos investimentos: Porém, isso só é possível se as relações entre capital constante e variável no setor das infra-estruturas for suficiente ou esteja abaixo da média e se a taxa de mais-valia for suficientemente alta.

O argumento é o seguinte: considerando a mobilidade do trabalho e as ações dos sindicatos, devemos assumir que, em geral, a taxa de mais-valia seja mais ou menos a mesma nos setores de infra-estrutura e no restante da economia.[9]

Consideremos agora o capital monetário excedente. Esse foi apropriado pelo Estado e transforma-se numa perda para os capitalistas. A taxa média de lucro cai. Para fazer com que essa taxa volte ao nível anterior, deve ser produzido um lucro igual àquele que foi perdido. Assim como o capital excedente (que corresponde à perda) foi investido na produção de infra-estrutura, este lucro deve vir de tal setor. Uma parte de tal capital foi investida em capital constante e outra em capital variável. Mas o capital constante não produz mais-valia, só o capital variável (que compra força de trabalho) pode produzi-la. Dado que a taxa de mais-valia é a mesma para todos os setores (se a relação entre capital constante e capital variável for a mesma, tanto nos setores de infra-estrutura quanto no restante da economia), o lucro que deriva dos investimentos provenientes do setor de infra-estrutura deve ser inferior à perda inicial. Esta diferença só pode ser compensada se uma maior quantidade de mais-valia for produzida nos mesmos setores de infra-estrutura, isto é, se em tais setores mais capital for investido como capital variável (que produz mais-valia) em relação ao restante da economia. Isto quer dizer que em tais setores a relação entre capital constante e capital variável deve ser menor que a média.

[9] A taxa de mais-valia é a mais-valia dividida pelo valor da força de trabalho.

Exemplifiquemos[10]: chamemos o capital constante de C, o capital variável de V e a mais-valia de S. Suponhamos que inicialmente se invista em um determinado lugar 80C + 20V, a uma taxa de mais-valia de 100%, S=20 e o valor total do produto seja 120. Suponhamos que os investimentos caiam 10, isto é, que o *output* para um valor de 10 não seja vendido. Esta é uma perda de 10 para os produtores, de seus meios de consumo e de investimento, e acaba se tornando um capital excedente nas mãos dos poucos compradores dessas mercadorias. Ora, o Estado se apropria daquele valor de 10 (como moeda), por meio de taxas sobre os não compradores daqueles bens e comissiona infra-estrutura por um valor de 10. Os produtores dos setores de infra-estrutura investem 8C + 2V (a mesma relação entre capital constante e capital variável daquela inicial) e fazem produzir dos próprios trabalhadores uma mais-valia de 2S (dada que a taxa de mais-valia média é de 100%). No total, foram investidos 88C (=80+8) + 22V (=20+2) = 110, sendo assim, foi produzida uma mais-valia de 22 (=20+2) que resulta em menos de 10 (de perda). O lucro realizado é, assim, de 12 e a taxa de lucro é de 12/110 = 10,9% que é menor que a taxa inicial, de 20%.

Se a relação entre capital constante e capital variável nos setores de infra-estrutura é maior que a média inicial, a taxa média de lucro cai ainda mais. Suponhamos que o valor de 10 retirado do Estado, que foi investido em infra-estrutura, corresponda à proporção de 9C +1V; 1V gera 1S e o lucro realizado é de 20 - 10 + 1 = 11. A taxa média de lucro é de 11/110 = 10% < 10,9%.

Se a relação entre capital constante e capital variável nos setores de infra-estrutura é menor que a média inicial, a taxa média de lucro cai um pouco menos. Suponhamos que o valor de 10 que foi investido (pelo Estado) em infra-estrutura corresponda a 6C/4V + 1.5 < 80C/20V = 4; 4V gera 4S, o lucro total é de 20 – 10 + 4 = 14 e a taxa média de lucro é de 14/10 = 12,7% > 10,9%.

Estes resultados oscilam quase sempre de acordo com a taxa média de mais-valia. No exemplo inicial, havíamos demonstrado que a taxa de mais-valia não é de 20%, mas de 1500%, isto é, 20V produzem 300S. Neste caso,

[10] O leitor não interessado em exemplos numéricos pode saltar as linhas seguintes.

teremos 80C + 20V + 300S = 400. A taxa média de lucro é de 300/100 = 300%. De novo, supomos que os investimentos caiam 10. O Estado se apropria deste valor e delega uma infra-estrutura que exige uma proporção entre capital constante e capital variável igual à média, isto é 8C + 2V. A taxa de mais-valia é de 1500%, 2V produzem um valor de 30. Os investimentos totais são, como sempre, 88C + 22V=110. Os lucros perdidos equivalem a 300S - 10S + 30 = 320S. A taxa média de lucro é 320/110 = 290% < 300%.

Todavia, dada uma certa taxa de mais-valia, é possível que o maior lucro produzido nos setores de infra-estrutura não seja suficientemente compensado devido a sua perda inicial. Não se tem uma única alternativa, em relação ao aumento da taxa de mais-valia, muito pelo contrário. Uma vez que a taxa média de lucro deva ser inferior ao seu nível precedente, a única possibilidade de deslocá-la ao seu nível inicial é justamente através da relação entre capital constante e capital variável. Todavia, esse deslocamento acaba sendo mais baixo em relação à taxa média de lucro anterior – mesmo sendo a taxa média de mais-valia suficientemente alta, mesmo sendo esse o único veículo de compensação e resgate dessa perda inicial.[11]

Assim como as estruturas pedem geralmente uma alta relação entre capital constante e capital variável, isso requer uma relação maior que a média, e assim como não se tem nenhuma razão de assumir uma taxa média de

11 Voltemos ao exemplo numérico já indicado. Suponhamos que o capital excedente nas mãos dos poucos compradores (que correspondem à perda dos vendedores) seja apropriado pelo Estado que comissiona infra-estrutura àquele valor, 10. Os produtores da infra-estrutura investem somente na mão-de-obra. Isto é, não se compra capital constante, só capital variável e, ainda assim, viceja uma máxima produção de mais-valia. Com uma taxa de mais-valia de 100%, **10V** produz **10S**. No total, se investem **80C** + (**20V** + **10V** =) **30V** = 110. A mais-valia produzida e realizada é de 20 – 10 + 10 = 20. A taxa média de lucro é de 20/110 = 18% que é maior que a taxa de lucro no caso dos investimentos em infra-estrutura com uma realização entre o capital constante e o capital variável igual àquela média inicial (10,9%), mas sempre inferior à taxa média de lucro – antes da queda dos investimentos (20%). Com essa taxa média de mais-valia, a taxa média de lucro não pode sair do nível proporcionado pela queda dos investimentos também se todo o capital excedente é investido como força de trabalho. A vantagem pode ser restabelecida somente se a taxa de mais-valia média for maior que 100%. Por exemplo, com uma taxa de mais-valia de 200%. Neste caso, **80C** + **20V** resultam numa mais-valia de **40S**, Se os investimentos em infra-estrutura são de **3C** e **7V** (isto é, a relação entre capital constante e capital variável é menor que a média), a mais-valia produzida é de **14S**. No total, são investidos **83C** (80 + 3) e **27V** (20 + 7), isto é 110. O lucro realizado é 40 – 10 + 14 = 44. Esta é, portanto, a taxa média de lucro que é 44/110 = 40%, o nível anterior à crise.

mais-valia suficientemente alta no caso daquela relação que seja mais baixa que a média, é de todo improvável que as políticas keynesianas consigam baixar tal taxa média de lucro ao seu nível precedente. Mas também podem alcançar um aumento dos lucros que não são necessariamente gerados por um aumento dos investimentos produtivos (diferentemente daqueles especulativos), a menos que tais investimentos não cresçam novamente, isto é, a menos que não ocorra uma destruição prévia de capital. Se a economia já não é mais uma fase de empreendimentos, o efeito das políticas keynesianas não nos é mais contemporâneo.

O mesmo vale se a causa da situação econômica vem favorecendo um aumento do desemprego e, por outro lado, os trabalhadores tendem a aumentar suas economias, suas reservas, o que leva a uma queda da procura, isto é, um decréscimo das vendas e, assim, uma redução dos lucros e do seu acúmulo. E, desta forma, a taxa média de lucro cai. Como indicado, o valor economizado pelos trabalhadores é apropriado pelo Estado e é com essa apropriação que o Estado delega infra-estrutura ao capital privado. Também aqui a questão é aquela da relação entre capital constante e capital variável investidos no setor de infra-estrutura e da taxa média de mais-valia. Naturalmente, esta oposição é preferida pelo capital uma vez que são os trabalhadores – e não os capitalistas – a pagarem impostos.

Nesse sentido, o Estado se apropria do capital excedente. Isto significa uma intensificação da taxação fiscal. Porém, um aumento fiscal poderia ser inadequado tanto ideologicamente como politicamente, uma vez que se inicia um período de recessão e o poder aquisitivo dos cidadãos está em declínio. Desta forma, ao invés de taxar, o Estado pode recorrer ao empréstimo público, isto é, a uma despesa financeira do *déficit*.[12] Todavia, isto é só uma postergação, não uma solução do problema. De fato, o Estado deve cobrir o *déficit* ou se tornar inadimplente. Se o Estado paga, somente poderá fazê-lo por meio das taxações; se o Estado não paga, transformando-se num Estado inadimplente, o efeito final é o mesmo: um aumento das taxações.

[12] Nota-se, todavia, que em tempo de crise prolongada, os consumidores poderão já se encontrar endividados e sem recurso, sem reservas (sem economias). Nesse sentido, as políticas keynesianas baseadas sobre os empréstimos das economias dos trabalhadores são limitadas.

Todavia, a inadimplência é mais vantajosa que desvantajosa para o Estado. As vantagens econômicas são que o Estado pode efetuar o pagamento e, assim, se apropriar de um valor, seja dos capitalistas seja dos trabalhadores, em um maior período de tempo. O Estado espera poder pagar quando a conjuntura mudar para uma maior taxação possível. De outra forma, o valor pago pode ser reduzido e causar inflação e, assim, aumentar o valor real da dívida pública. A desvantagem é que a dívida pública implica em pagamento de juros.

Ineficácia das políticas keynesianas e sua popularidade

Se as políticas keynesianas são ineficazes para restabelecer (em parte) a taxa média de lucro a um nível anterior à queda dos investimentos e/ou da demanda – qual a razão de sua popularidade? Poderíamos dizer que uma retomada do crescimento (mesmo que não integral) da taxa média de lucro é sempre melhor que nada. Isto é verdade. Contudo, nem os governantes nem os governados raciocinam em termos de taxa média de lucro. A razão para isso se baseia em uma importante noção implícita: as políticas keynesianas podem aumentar (temporariamente) o PIB, a ocupação e os salários sem estarem, necessariamente, voltadas para uma prevenção da queda da taxa média de lucro.

Comecemos pelo PIB. O capital não usado junto com as economias (as reservas) dos trabalhadores corresponde, em última instância, à força de trabalho e meios de produção não vendidos, inativos. Este capital é apropriado pelo Estado e remanejado para financiar a infra-estrutura necessária aos produtores privados. Assim, é com este capital que os produtores conseguem comprar aquela força de trabalho e os meios de produção que se encontravam anteriormente inativos.[13] No limite, todo o valor produzido é realizado e o PIB volta novamente ao nível precedente à queda da demanda e da diminuição dos investimentos. Com isto, as ocupações crescem – a menos que os investimentos em infra-estrutura sejam completamente

[13] Assumindo que, no melhor dos casos, os produtores de infra-estrutura comprem exatamente a força de trabalho e os meios de produção que se encontravam não vendidos. Se este não é o caso, serão compensados e auto-corrigidos.

automatizados (isto é, o capital variável seja igual a zero) – e podem retomar o seu nível anterior à queda dos investimentos e da demanda. Nessa ordem, os salários também crescem uma vez que o capital empregado nos setores de infra-estrutura é usado para comprar força de trabalho. É possível concluir que o Estado é mais que um taxador fiscal (do capital não usado e das economias, das reservas dos trabalhadores), é um empreendedor financeiro.

É possível notar ainda que esses três indicadores já por nós anunciados (a ocupação, o PIB e os salários) podem ora crescer, ora diminuir. Por exemplo, suponhamos que no setor privado haja um aumento de investimento de 3 unidades (+2C e +1V), se essa taxa de mais-valia é de 100%, 1V gera 1S e o PIB aumenta para 4 unidades. Se, ao mesmo tempo, os investimentos adotados pelo Estado caem (por exemplo, por causa do medo da inflação) para 2 unidades (-0,5C e -1,5V), o efeito negativo sobre o PIB é de 2. No total, o PIB cresce 4 – 2 = 2 e as ocupações caem 1 – 1,5 = - 0,5. É só dessa forma (proveniente dos investimentos adotados) que o PIB cresce em meio à queda do número de empregos (e o mesmo vale para os salários). É igualmente possível dizer que o PIB pode também cair em meio a uma crescente taxa de emprego. Por exemplo, suponhamos que o capital privado diminua os investimentos em 4 unidades (-3C e -1V), por conta disso o PIB cai 4 unidades, enquanto o Estado aumenta os seus investimentos em 2 unidades (+0,5C e +1,5V). Se a taxa de mais-valia é de 100%, 1,5V gera 1,5S e o PIB cresce 0,5C + 1,5V + 1,5S = 3,5. No total, o PIB diminui 0,5 unidade enquanto o número de empregos cresce 1,5V – 1V = 0,5V.

Como conseqüências das políticas keynesianas, o PIB, o número de empregos e os salários crescem e, realmente, retomam o nível precedente à crise (isto é, o nível precedente à queda dos investimentos e/ou da demanda). Todavia, os lucros só crescem de forma relativa, pois em geral a relação entre capital constante e capital variável, nos setores de infra-estrutura, é maior que a média e, também, caso fosse inferior, não se teria nenhuma garantia que a taxa média de mais-valia seria suficientemente alta. Um melhoramento (ou um retorno ao nível precedente) em termos de PIB, emprego e salários pode esconder a marcha da economia em direção à depressão e à crise.

Uma outra queda de demanda e de investimento deve, em última instância, à competição no setor tecnológico e à maioria dos investimentos adotados pelo Estado – o que acaba instabilizando ainda mais a taxa de

lucro geral. De um certo ponto, o PIB, os empregos e os salários começam a cair, e continuam a cair, até quando recomeça a fase sucessiva do ciclo, isto é, até quando a taxa média de lucro recomeça a rebaixar devido à prévia destruição do capital excedente.[14] Todavia, por um pouco de tempo, as políticas keynesianas puderam ser usadas para "comprar a paz social" (um investimento para aumentar o número de empregos e para a massa dos salários também retornar ao nível precedente à crise) – o escopo político último de tais políticas. No entanto, um melhoramento (ou, por conta disso, um retorno ao nível precedente) em termos de PIB, empregos e salários pode esconder, mas nunca suplantar, a marcha da economia frente à depressão e às crises.

Em suma, na prática, as políticas keynesianas não podem evitar as crises. Os keynesianos de esquerda sublinham fundamentalmente dois limites de tais políticas. Primeiro, tanto maior são os investimentos do Estado e da propriedade do Estado, tanto maior é a burguesia de Estado, tanto maior é a resistência do capital privado frente ao ulterior crescimento da burguesia de Estado através das políticas keynesianas. Estas políticas, assim, não podem ser usadas suficientemente. Segundo, tanto mais a economia aproxima-se do pleno emprego através das políticas keynesianas, tanto mais transforma o perigo (para o capital) de aumentos salariais. Este é um outro caráter inócuo, ou seja, um outro limite próprio de tais políticas, por conta disso é impossível usá-las de forma plena.

Estes argumentos são válidos, mas não atingem o alvo da questão. A essência da dificuldade das políticas keynesianas reside no aspecto de que há um estímulo para que a taxa média de lucro retorne ao nível precedente à crise, além de se preocupar com formas preventivas para evitar a sua queda. No entanto, isso não é realizável na prática. Como explicado anterior-

[14] Durante o *New Deal*, as despesas estatais para uso dos civis nos Estados Unidos aumentaram de US$ 10.2 bilhões no ano de 1929 para US$ 17,5 bilhões no ano de 1939. Todavia, no mesmo período, o PIB caiu de US$ 104,4 bilhões para US$ 91.1 bilhões e o desemprego aumentou de 3,2% a 17,2% da força total de trabalho. Foi só em dezembro de 1941, quando os Estados Unidos entraram em guerra, que a economia americana saiu da crise (cf. Vladimiro Giacchè. Perché la guerra fa bene all'economia. *Proteo*, n. 3, 2001, p. 111-112). Como veremos mais adiante, contrariamente às políticas keynesianas, as guerras puderam criar condições para um reavivamento da economia ao invés de serem a causa máxima da destruição do capital enquanto mercadorias.

mente, a relação entre capital constante e capital variável nos setores de infra-estrutura é geralmente a da mais alta intensidade de capital constante – e mesmo se fosse mais baixa que a média, poderia ser insuficiente para gerar a mais-valia necessária porque a taxa de mais-valia poderia ser ainda mais baixa. A taxa média de lucro cai, independentemente das políticas keynesianas.

O PIB, as ocupações e os salários podem aumentar, podem crescer por um certo tempo. Todavia, é por considerar esse crescimento um mecanismo que esconde na realidade uma iminente queda dos lucros que os capitalistas não aumentam os seus investimentos e os trabalhadores não aumentam as suas despesas – exceto quando a causa dos investimentos for induzida pelo Estado. Também a taxa média de lucro cresce por causa de tais políticas, tendo assim como finalidade eliminar (ou absorver) uma quantidade suficiente de capital que ainda não foi destruída. No entanto, os investimentos e consumos privados não são autopropulsores e o melhoramento da taxa média de lucro é só temporário.

Para sair da crise, não basta revitalizar a demanda e aumentar os salários, ou ainda o número de empregos, através de uma redistribuição em favor dos trabalhadores, como advogam as políticas keynesianas. Não se trata também de induzir a produção de mais-valia (através do desemprego) redistribuindo ao mesmo tempo, ou melhor, remanejando a mesma em favor do capital privado (como nas políticas neoliberais). Nem uma, nem outra política puderam superar a crise econômica. Mais ainda, o ponto é que a quantidade de capital destruído seja suficiente a fim de que mais valor e mais-valia possam ser produzidos e que, ao mesmo tempo, sejam criadas as condições para a realização desta produção.

Como já enunciado, pressupõe-se que as políticas keynesianas atinjam só o capital excedente nas mãos dos capitalistas e as economias (as reservas) dos trabalhadores. Nesta condição, fica bastante difícil recuperar a taxa de lucro, ou seja, fazer com que a taxa de lucro retorne ao seu nível anterior à crise.

Mas as políticas keynesianas podem ser financiadas também pela mais-valia apropriada dos outros países. Este é o caso daquelas nações cujo capitalismo tem uma vantagem no setor tecnológico e se apropriam da mais-valia internacional (seja através da troca desigual derivada daquela vanta-

gem, seja através da dominação como, por exemplo, os Estados Unidos). Para eles, o sucesso das políticas keynesianas de deslocar a taxa média de lucro para o nível anterior à queda da demanda e dos investimentos (ou fazê-la subir a um nível superior) é dado pelos investimentos induzidos pelo Estado desta apropriação de mais-valia internacional. As políticas keynesianas realizam só um canal para o investimento de tal mais-valia.

Esta não é uma opção aberta àquelas nações onde falta capital excedente e que estão sujeitas à perda de valor internacional, seja através da troca desigual ou de outros mecanismos de apropriação de valor internacional. Assim como as políticas keynesianas são estudadas no contexto dos países dominantes (que não só geram capital excedente, mas também se apropriam da mais-valia de outros países, aqueles dominados) é como se a apropriação de mais-valia internacional não existisse. Pensa-se erroneamente que tais políticas podem se estender também ao Hemisfério Sul do mundo, ou seja, que se pode recuperar a taxa média de lucro ao nível anterior à crise também dos países dominados. A atribuição de uma (errônea) validade geral das políticas econômicas (keynesianas) que possam ser usadas apenas pelos países dominantes é uma das particularidades que revelam o *conteúdo de classe de tal teoria*.

O chamado efeito multiplicador

É importante discutirmos também o chamado efeito multiplicador keynesiano. Na teoria econômica keynesiana, um incremento inicial dos investimentos consegue produzir um maior aumento (em algumas vezes) da riqueza e da renda. A relação entre o aumento de riqueza e da renda, de uma parte, e o aumento dos investimentos, de outra, é chamado de multiplicador. O mecanismo é configurado como segue. Um investimento inicial se traduz em um igual aumento da riqueza e da renda. Uma parte deste aumento da renda é gasta, isto é, consumida, e a outra parte é economizada (é transformada em poupança). Estas maiores despesas e consumos, por sua vez, causam um aumento da renda e da riqueza que conduz a um outro circuito de consumos e economias. Em cada circuito, a riqueza produzida e a renda aumentam, ainda que menos que o circuito precedente, dado que em cada circuito uma parte da renda não é consumida, mas sim

economizada. Assim, nesta teoria, a renda (e, conseqüentemente, a riqueza) aumenta a causa dos circuitos sucessivos de gastos na ausência de investimentos colocados inicialmente. Os efeitos das políticas keynesianas sobre o ciclo são ainda maiores. Mas tudo isso é um erro. Vejamos porque.

É verdade que um aumento inicial das despesas podem reverberar em toda economia. Mas, na ausência de ulteriores investimentos e, conseqüentemente, de um aumento da produção, pode-se adquirir somente aquelas mercadorias que já foram produzidas e que, por sua vez, ainda não foram vendidas. As estatísticas assim não indicam a medida em que as riquezas aumentaram (como já discutido o valor e a mais-valia que foram criadas a partir desses investimentos, dificilmente podem recolocar a taxa média de lucro no nível precedente à crise). Freqüentemente, isso indica que as mercadorias que se encontravam encalhadas passaram a ser vendidas, em outras palavras, que o valor, precedentemente produzido, que não foi realizado, é agora realizado. Sendo assim, a parte do investimento inicial dado pelo Estado não é nenhum aumento na realidade da riqueza (do valor) produzida, mas só um aumento da riqueza (do valor) realizada(o). Ao invés de falar de multiplicador keynesiano, deve-se falar da realização (da venda) de mercadorias (incluindo a força de trabalho) no restante da economia que teve seus investimentos induzidos pelo Estado através dos investimentos nos setores de infra-estrutura.

A realização induzida introduz um novo problema para o sistema capitalista. Se apenas uma parte do capital excedente deve ser investida por meio das políticas keynesianas – a fim de retornar a uma situação de pleno emprego dos meios de produção e da força de trabalho –, um investimento de todo capital excedente não poderia provocar, mas no entanto provoca, a inflação. O dilema reside em utilizar o capital excedente (isto é, menos que o pleno emprego) sem provocar inflação ou aumentar o número de ocupação e ter inflação. O estado de graça do pleno emprego sem inflação foge a cada pessoa que detenha até o menor poder econômico, e não porque se cometam erros de valorização (que olha todos os casos como se fosse o mesmo). Isso é simplesmente impossível.

É naturalmente possível que a realização induzida estimule novos investimentos. Neste caso, todavia, não se trata mais de multiplicador keynesiano (que leva em consideração apenas esse investimento inicial). Mas deixemos

esse ponto e nos coloquemos a seguinte questão: estes novos investimentos não poderiam ser a força propulsora de uma nova fase ascendente do ciclo? A resposta é negativa. Se, como dizem os keynesianos, os "sentimentos", ou melhor, as "expectativas", isto é, a possibilidade de lucratividade é baixa é porque essa retomada não foi ainda iniciada, a realização induzida pelo investimento inicial e o investimento induzido desta realização puderam ser baixos ou apenas nulos: pouco maior que a renda gerada pelo investimento inicial induzido pelo Estado é gasto.

Se as "expectativas" são altas, porque a situação econômica já havia iniciado o seu melhoramento, uma quantidade maior pôde ser gasta. Em suma, a realização induzida pelo investimento inicial e os possíveis investimentos induzidos que detêm um (maior) efeito quando a economia encontra-se numa fase de contenção (isto é, quando são menos necessárias porque as condições de lucro no setor privado foram já restabelecidas) do que no caso contrário, quando este efeito for majoritariamente necessário. Tais realizações (chamadas erroneamente de efeito multiplicador) e investimentos não puderam estabelecer uma verdadeira retomada, mas proporcionaram de forma acelerada que uma quantidade suficiente de capital enquanto relação social fosse destruída.

Discutimos nessa sessão o quanto é necessário compreender não só a inevitabilidade das crises e a impotência das políticas keynesianas frente às mesmas, mas também os seus efeitos sobre os trabalhadores. Este último ponto, inclusive, será o centro de nossa próxima sessão.

Parte II

Políticas keynesianas, crises financeiras e guerras

Na primeira parte desse artigo, chegamos às seguintes conclusões: 1) que as crises sócio-econômicas têm sua raiz, em última instância, nas competições tecnológicas inerentes ao sistema; 2) que isto se manifesta sob a forma de destruição de capital, enquanto relação social e, ao mesmo tempo, como capital excedente, seja na sua forma monetária, seja na forma de mercadorias; 3) que somente se pode sair da crise se o lucro aumentar novamente, porque o capital, como relação social, aumenta e o capital exceden-

te é absorvido por meio de um processo autoreprodutivo e, 4) na prática, as políticas keynesianas não podem elevar os lucros ao nível precedente à crise.

Frente a um excedente de capital (não num sentido absoluto, mas em relação aos lucros realizados), o sistema capitalista coloca em ação os diversos modos para resolver o problema desencadeado por esse processo. Duas formas são encontradas, dentre aquelas de maior relevância atualmente: a exportação de capital na forma monetária, com fins financeiros e especulativos, e a destruição de capital na forma de mercadoria. Comecemos pela primeira.

Por meio de uma pesquisa relacionada às altas taxas de lucro, é possível constatar que o capital monetário excedente encontra-se cada dia mais direcionado para os investimentos financeiros internacionais e de especulação monetária. Enormes quantidades de dinheiro são investidas nos mercados de câmbio a fim de comprar ações e dívidas estrangeiras e de especular suas variadas taxas de câmbio (atualmente, 1,5 bilhões de dólares diariamente). Isto pode conduzir, por sua vez, a uma crise financeira nos países dominados cujos efeitos acabam inevitavelmente desabando sobre as costas dos trabalhadores. Consideremos um exemplo, aquele da primeira crise financeira de 1994-1995 no México.[15]

Para se entender a crise mexicana de 1994-1995, como todas as crises financeiras nos países dominados nos últimos anos, deve-se considerar que tais crises têm sua raiz na competição entre os capitalistas dos países dominantes, isto é, dos tecnologicamente avançados, e aqueles dos países dominados, tecnologicamente atrasados. Entre os primeiros, encontramos um mais alto nível de produtividade, uma adoção de tecnologias mais avançadas e, assim, os níveis salariais mais altos quando comparados aos segundos que, por seu turno, devem competir aumentando o ritmo e a jornada de trabalho e diminuindo o salário.

Como sabemos também, uma maneira muito eficaz para diminuir os salários reais é por meio da inflação – o que leva, necessariamente, a uma dimi-

[15] Essa crise, como veremos ao longo dessa segunda parte do artigo, teve como primeira manifestação a desvalorização do peso mexicano em 60% (em janeiro de 1995), isso provocou uma fuga em massa de divisas do país e desencadeou uma onda de desconfiança em todo o mercado financeiro – uma vez que o mundo financeiro é tão interdependente. Esse processo catastrófico da economia mexicana ficou conhecido como "efeito tequila" (N. da T.).

nuição do poder aquisitivo. Todavia, o aumento dos preços por meio da inflação tem efeitos negativos para a exportação. Por isso que, para evitar esses efeitos, surge o processo de desvalorização da moeda nacional. A desvalorização significa que os possuidores de valores estrangeiros possam comprar mais unidades de moeda nacional (pela mesma unidade de valor estrangeiro) e assim possam comprar mais bens nacionais, com a mesma quantidade de moeda estrangeira. Em síntese, os países tecnologicamente atrasados podem exportar mais através dessa desvalorização, compensando de tal modo os efeitos negativos da inflação. É assim que é feita a conexão (que não devemos concebê-la como mecânica) entre a competição tecnológica internacional e a inflação nos países tecnologicamente atrasados.

Para os capitalistas nacionais (dos países dominados, especialmente), a inflação é vantajosa porque reduz os salários reais e para os exportadores, a desvalorização é duplamente vantajosa porque permite um aumento das exportações. Mas, para os trabalhadores, esta combinação significa que uma parte da mais-valia, que é cedida aos capitalistas nacionais por meio da inflação, será transferida posteriormente para os países dominantes. Ou seja, os capitalistas estrangeiros (dos países dominantes) acabam ganhando na concorrência, não só pelo excessivo aumento da inflação dos países dominados, mas também pelo maior acúmulo, em última instância, de mais-valia internacional.

Contudo, há um limite nestas políticas, como demonstrado pelos países da América Latina nos anos de 1970 e 1980. As taxas de inflação extraordinárias (necessárias para reduzir os salários até o ponto de garantir apenas a subsistência biológica), e assim as constantes desvalorizações da moeda, não só produzem movimentos sociais antagônicos que ameaçam as burguesias locais (que respondem em muitos casos com sanguinárias ditaduras), mas desestruturam em muitos casos também a utilidade daquela moeda. De fato, a extrema e contínua desvalorização torna-se inútil, uma vez que destroem a utilidade (da moeda nacional) para as trocas internacionais. Isto conduz, uma vez derrotados os movimentos antagônicos, a um novo fenômeno, a dolarização, isto é, a substituição parcial ou total, oficial ou de fato, da moeda nacional por dólares estadunidense. A dolarização, no entanto, tem uma vantagem: o banco central perde a possibilidade de conduzir uma política monetária independente. Analisemos em seguida.

Esta era também a situação do México em 1994, por exemplo. Para por um fim à espiral inflação/deflação, o México decidiu ancorar sua moeda, o peso, no dólar, ou seja, decidiu equiparar um peso a um dólar. Isto requer uma política de altas taxas de juros a fim de convencer os investidores estrangeiros a comprar e manter pesos. Mas as altas taxas de juros desencorajam os investimentos na produção. Para por em evidência essa vantagem, recorre-se a um método bem calculado de baixos salários. De tal modo que a luta contra a inflação (uma luta apoiada também pela classe trabalhadora uma vez que golpeia a renda) vinha sendo usada como pretexto para atacar ainda mais os salários reais.

Para complicar ainda mais a situação, a desvalorização torna mais difícil a competição, no mercado internacional, dos países dominados e dos países mais avançados tecnologicamente. As exportações sofrem um *déficit* da balança comercial "agora aumentada". As reservas de dólares, por sua vez, necessárias para confrontar com esta situação, são formadas por meio de duas fontes principais: a primeira, de um máximo programa de privatizações, uma operação que horna possível a introjeção de massas de valores internacionais, na busca por investimentos reduzidos – isto é, o próprio capital monetário excedente dos países tecnologicamente avançados; a segunda, as dívidas internacionais (obrigações do setor privado e não do Estado). Mas, esta segunda opção requer altas taxas de juros, cujo pagamento exige, por sua vez, níveis suficientes e reserva de valor internacional. Por isso, os investidores internacionais (isto é, as pessoas que estejam diretamente ligadas a fundos de investimentos em valores estrangeiros) observavam cuidadosamente o nível de reserva de valor no México. Baixos níveis "teriam comportado" a impossibilidade de repagar as dívidas e, antes de chegar a esta situação extrema, a necessidade de abandonar a paridade entre o dólar e o peso, isto é, a desvalorização. A isto se junta a pressão da parte dos especuladores pela conversão de moedas. Isto significa que os especuladores que vendem de forma maciça pesos e compram dólares têm a esperança, no caso da desvalorização do peso, de poderem comprar ainda mais pesos com aqueles dólares adquiridos através do investimento inicial.

O peso deve assim ser "assegurado". Isto é, cada vez que os operadores econômicos (principalmente bancos, fundos de investimento, companhias de seguros) querem vender pesos (por dólares) e comprar dólares, que deva

políticos, especialmente se o nível de vida dos trabalhadores for rebaixado pelas crises. No entanto, o mais importante é que o desperdício é apenas um remédio (parcial) contra a crise local e pontual, porém não é esse o mecanismo capaz de obstaculizar uma crise geral de realização de lucros.

Uma oposição mais aceitável ideologicamente e mais eficiente economicamente é aquela da aplicação das políticas keynesianas das despesas militares. Tais despesas podem ser comparadas às despesas das infra-estruturas. Temos três formas de viabilizar essa política de despesas militares: primeiro, na medida em que essas são induzidas pelo Estado e financiadas com o capital inativo (inoperante), também pode levantar a taxa média de lucro, mas não pode deslocá-lo ao nível precedente à crise (a menos que sejam financiados com mais-valia apropriada de outras nações). Ao mesmo tempo, tais despesas podem ser acompanhadas de um incremento proveniente do PIB, das ocupações e da renda;[20] segundo, também essas se prestam ao uso anticíclico e, terceiro, também não são necessariamente inflacionárias. Se são financiados por meio das taxações ou *déficits* públicos, não portarão consigo necessariamente uma inflação. Porém, se são financiados por intermédio da criação de moedas, produzem inflações (como, por exemplo, o caso do financiamento da guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã).

É importante também salientar três aspectos sobre a indústria armamentista. Primeiro, a produção de armas adotadas pelo Estado não implica um reforço da burguesia de Estado e, assim, não implica também o pagamento de serviços da parte do capital privado ao Estado.[21] Segundo, as

[20] A queda da amostra média de lucro não é devida, como indica a teoria econômica sraffiana, à existência de indústria bélica (ou de bens de luxo), essas não têm nenhum efeito sobre a taxa de lucro. (Cf. M. A Kidron. Permanent arms economy. *International Socialism* (first series), n. 28, 1967). Estas indústrias produzem valor e influenciam na amostra média de lucro, assim como os investimentos em infra-estruturas induzidos pelo Estado.

[21] Isto obviamente não implica que o capital seja internamente harmonioso. Os produtores de armas formam um grupo de pressão potente que promove seus próprios interesses contra aqueles dos outros setores do capital privado. Nos Estados Unidos, a AIA, com sede em Washington, representa cerca de 50 dos maiores produtores de armas. Esses prezam pelo financiamento de candidatos presidenciais e do Congresso, para que assumam como seus lobistas, que mobilize trabalhadores para "salvar os nossos trabalhadores" quando a produção de armas se encontra ameaçada. Pagam, inclusive, a governos externos para que estes adquiram armas – influenciando, assim, a política externa com o fim de estimular a corrida das armas em vários países do mundo.

despesas militares são ligadas muito mais às vicissitudes internacionais do que aos investimentos em "indústrias financeiras".[22] Terceiro, a indústria militar produz mercadorias (as armas) que no tempo de paz, em sua maior parte, não são usadas. Algumas são usadas como, por exemplo, aquelas necessárias para o exercício militar, para adestrar os soldados em simulações de guerras, etc. Mas, a grande maioria permanece inutilizável (como, por exemplo, as armas atômicas). O público, por um lado, vem sendo convencido da necessidade da produção de armas e, por outro, fica obviamente contente que tais armas não sejam usadas. Na medida em que não são usadas, os seus valores de uso (que se realizam por meio apenas de sua própria destruição) deterioram-se (também por meio da obsolescência técnica). Assim, *ex-post*, o trabalho que foi usado para produzi-las é desperdiçado (uma similaridade, inclusive, com o trabalho contido nas mercadorias não vendidas para os usos civis: também este trabalho é desperdiçado, mesmo que não intencionalmente). Este trabalho é, no primeiro momento, produtor de mais-valia e, posteriormente, desperdiçado. O dinheiro gasto para as armas indica que foi primeiro apropriado dos outros setores do Estado, depois dado aos produtores de armas, depois usado por esse para produzir novo valor e mais-valia sobre a forma de armas e depois destruído enquanto valor de uso (isto é, a destruição da sua capacidade destrutiva através de sua falta de uso) que aquele valor continha.[23] Em suma, é um indicador de uma redistribuição de valor que visa uma alta destruição dos meios que foram usados na produção de armas.[24] Nesse sentido, a produção de armas reflete não só a produ-

[22] De 1991 a 2000, as despesas militares mundiais caíram 11%, com um leve incremento em 1999 e 2000. Este *trend* negativo global esconde uma forte redução para a América do Norte e para a Europa ocidental e um forte incremento para o resto do mundo (com exceção da Europa central e o médio-oriental). (Cf. SIPRI Yerabook 2001, tabela 4.1). Neste artigo, vemos como um grande incremento das despesas de armas nos países imperialistas pode ajudar a esses países a saírem da depressão e crise. O ataque de 11 de setembro de 2001 a Nova York e Washington representa uma grande oportunidade para relançar a economia dos Estados Unidos que já tinha sido golpeada pela crise bem antes daquela data.

[23] O argumento cínico a favor da criação de trabalho na indústria bélica é que esta produção é moralmente criticável, mas necessária para a economia. A resposta é: queremos verdadeiramente um sistema econômico cujo crescimento encontra-se baseado sobre na destruição prévia de valor (se necessário, por meio da guerra) com todo o sofrimento humano que isso acarreta?

[24] É verdade que também em outros setores venha a se produzir mercadorias cujos valores de uso não se realizam. Tais realizações não são nunca certas. Se uma mercadoria não é vendida, é o produtor que

do nacionalismo, os trabalhadores aceitam níveis altos de exploração, as taxas de lucro e a taxa média de lucro podem aumentar. Ao mesmo tempo, o valor produzido é automaticamente realizado porque a sua produção é comissionada pelo Estado. Quanto mais capital for destruído (na sua forma de mercadorias, seja como armas, seja como outras mercadorias) tanto mais valor pode ser criado. Isto reforça a concepção do capital enquanto relação social.

Como sabemos, depois da guerra, vem sempre um período de reconstrução. Naqueles países golpeados pelas guerras, deve-se recuperar a produção dos meios de consumo e de investimentos, assim como de suas infra-estruturas. As condições para uma empresa econômica devem ser criadas. Naqueles países que tiveram a guerra no "solo dos outros", tal destruição de capital não se dá imediatamente, exceto na produção de armas que foram usadas para fazer a guerra. Todavia, as condições para um investimento econômico em tais países são criadas se estes produzirem as mercadorias e capital necessário para a reconstrução dos países onde ocorreu a destruição. Por meio, primeiramente, da destruição de uma outra nação, depois pela oferta de "ajuda" destas nações para a sua reconstrução, os países vencedores criam canais para a produção e exportação de suas mercadorias, sem que eles mesmos sejam expostos à destruição e ao sofrimento. Se as guerras são mundiais, a máxima destruição de capital pode ser a condição para um investimento máximo e de longo prazo (como no Plano Marshall depois da Segunda Guerra Mundial). Este é admitido pelo keynesianismo que tem, por sua vez, um quadro analítico diferente do marxismo e com um conteúdo de classe oposto.

[27] Na União Soviética, que não operava sobre a base dos lucros (mesmo não sendo um sistema socialista), não se tinha um capital excedente, mas o contrário, uma escassez permanente de capital. Por isso, mais a balança militar crescia e tornava a situação pior... A guerra fria tinha a finalidade de minar a economia soviética obrigando-a a transferir os recursos próprios das esferas produtivas para esferas militares. No período 1953-65, as despesas para a defesa na União Soviética foram três vezes mais altas que aquelas da Europa ocidental e dez vezes mais alta que aquela do Japão. (Cf. A. Maddison. *Twee modellen van economische groei*. Utrecht/Antwerpen: Spectrum, 1971, p. 137). Isto só podia degradar ainda mais a economia da União Soviética – é, inclusive, essa uma das razões principais de sua queda. Em uma economia capitalista, onde o lucro determina a existência e a dominação do capital excedente, uma grande balança militar pode (também se for esse o caso) ser só aparentemente uma boa opção. Todavia, para além de um certo limite, a reprodução da esfera produtiva passa a ser minada.

Keynes[28] disse uma vez que: "a construção das pirâmides, os terremotos, até as guerras servem para aumentar a riqueza". Vimos que a teoria baseada nesta, e em outras similares afirmações, repousa sobre esse erro. Além do mais, estes erros têm uma função e um conteúdo ideológico específico. O aumento da realização do lucro e o desperdício são teorizados como se fossem eficazes instrumentos para evitar a crise em tempos de paz, mas não o são. Isso só funciona em países imperialistas dominantes, sobre a base da apropriação de mais-valia internacional. De maneira similar, a destruição do valor em tempos de guerra é teorizada como se fosse possível e necessário aplicar essas políticas econômicas em qualquer nação. Na realidade, funciona só para os países imperialistas, porque: 1) são os detentores de capital excedente; 2) podem conduzir e proporcionar guerras sobre os territórios de outros países, por razões econômicas e geo-políticas (mas, se necessário, gerar guerra sobre respectivos territórios) e 3) podem oferecer "ajuda" para a reconstrução destes países. A teorização das políticas keynesianas, de uma perspectiva marxista, revela o caráter de classe de tal teoria e a funcionalidade destas políticas para a reprodução do capitalismo.

A teorização das mesmas políticas de uma perspectiva keynesiana esconde sua funcionalidade para a reprodução da dominação imperialista: trata-se simplesmente de uma apologia do imperialismo, uma apologia que requer necessariamente os erros teóricos colocados em evidência acima. Em última instância, a questão que deve ser colocada é: Marx ou Keynes?

Resumo: Dividimos o presente texto em duas partes. Na primeira, analisaremos as causas das crises econômicas e suas conseqüências para o capital e como as políticas keynesianas são incapazes de evitar tais crises; na segunda, examinaremos os modos de manifestações dessas crises e sua direta repercussão sobre os trabalhadores. Daremos ênfase, de forma particular, a duas manifestações: as crises financeiras nos países dependentes e a guerra – uma vez que o nosso esforço está voltado para análise sobre as políticas keynesianas e sobre as considerações keynesianas da guerra. Nosso artigo,

[28] J. M. Keynes. *The general theory of employment, interest and money*. Harcourt: Brace and World, 1964, p. 129.

como um todo, procurará indicar os instrumentais para a compreensão dos fenômenos que se apresentam de grande importância para entender a condição da classe trabalhadora atualmente.

Abstract: The current text was divided into two parts. In the first one we analyze economic crises and their consequences for capital and how the Keynesian policies are incapable of preventing such crises; in the second one, we deal with the ways of manifestation of these crises and their direct repercussion on the laborers. We particularly emphasize two manifestations: financial crises in dependent countries and war – as our efforts are focused on the analysis of Keynesian policies and Keynesian considerations on war. Our article, as a whole, tries to indicate the tools to understand the phenomena which assume great relevance to grasp the current condition of the working class.